

Pompeu, em defesa de Lysaneas, agride Peres. Peres responde: "Moleque. Velho safado"

Plenário da Constituinte julgará relatório de Tito

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional decidirá se considera ou não "manifestação pessoal" o relatório do senador Ronan Tito (PMDB-MG) feito à comissão parlamentar de inquérito que apura as denúncias de O Estado de S. Paulo sobre uma conspiração liderada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que coloca em risco a soberania nacional na região amazônica. A proposta de se levar ao plenário a decisão proferida terça-feira pelo presidente da CPI, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), foi apresentada ontem à comissão pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), durante tumultuada reunião, na qual o grupo liderado pelo deputado Lysaneas Maciel pretendia a aprovação do relatório de Tito, que resultaria no encerramento dos trabalhos sem a devida investigação dos fatos.

A reunião da CPI teve início às 10 horas, meia hora depois do horário marcado pelo presidente Cardoso Alves. Assim que o deputado determinou a abertura dos trabalhos, o deputado Eraldo Trindade (PFL-AP) reclamou seu afastamento da CPI determinado pelo líder de seu partido, deputado José Lourenço. Trindade atribuiu o fato a sua posição favorável ao relatório do senador Ronan Tito.

Logo após a manifestação de solidariedade apresentada a Trindade, o deputado Lysaneas Maciel levantou a questão de ordem de que o relatório do senador Ronan Tito deveria ser votado pela comissão que decidiria por sua aprovação ou não. Protestou também contra a decisão do presidente Cardoso Alves de considerar o relatório do senador apenas uma "manifestação pessoal", sem interferir no prosseguimento dos trabalhos da CPI, cuja função é "investigar, perguntar, ouvir, pesquisar" e ir a fundo na elucidação dos fatos.

Em seguida, o vice-presidente da CPI, deputado Ricardo Fluza (PFL-PE) fez a leitura de seu relatório, re-



Roberto remete relatório ao plenário

sultado de um pedido de vistas ao processo, e advertiu que as respostas das entidades estrangeiras eram um verdadeiro desrespeito à comissão.

Lembrou que muitos textos apócrifos modificaram a vida da humanidade, como, por exemplo, "a própria bíblia".

Respondendo ao relatório de Fluza, Ronan Tito apresentou dois documentos enviados, respectivamente, pela organização das Nações Unidas e pela Chancelaria de Estado da República de Cantão de Geneve, Suíça, que desconheciam a existência do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs.

O senador Odacir Soares (PFL-RO), por sua vez, contestou com veemência a apresentação destes documentos pelo relator, praticamente no início dos trabalhos, e chamou atenção para o fato de que os documentos, além de não terem sido traduzidos — o que fere a regra processual de que todo o documento estrangeiro deve ser devidamente traduzido para o português por tradutor juramentado — um deles, o da Chancelaria da República de Cantão de Geneve, está endereçado a uma "tal" madame Monique Humbert, totalmente desconhecida dos membros da CPI, e do

próprio relator, segundo o parlamentar rondoniense.

TUMULTO

Até aquele momento a reunião prosseguiu naturalmente, apenas com algumas discussões sobre questões de ordem. O clima, entretanto, se modificou quando o deputado Gérson Peres (PDS-PA) disse que "vestir a camisa" do Cimi feria a dignidade dos parlamentares.

Nervoso, o deputado Lysaneas Maciel perguntou: "E qual a sua camisa, moleque?". A reação de Peres foi imediata: "Moleque é vossa excelência". Na ocasião outro parlamentar, o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), interferiu em favor de Lysaneas, chamando Peres de moleque. O deputado paraense se exaltou e quase foi às vias de fato com o senador brasileiro, a quem chamou de "moleque" e "velho safado". Neste exato momento, depois de várias tentativas de solucionar a situação, o presidente Cardoso Alves suspendeu a sessão. E o tumulto continuou com a interferência do deputado Otávio Elísio (PMDB-MG) e do senador Nelson Wedeckin (PMDB-SC), que pediram o respeito de Peres ao idoso senador Pompeu de Souza.

Acalmados os ânimos, Cardoso Alves reiniciou a sessão. Gérson Peres, continuando com a palavra, disse que o objetivo de Lysaneas Maciel era aprovar o relatório de Ronan Tito, que encerra os trabalhos sem a apuração das denúncias de O Estado.

O presidente da comissão, Cardoso Alves, explicou aos parlamentares que ir a fundo nos fatos e verificar se há realmente o interesse nacional ferido ou a ser garantido. "Queremos conhecer os fatos e não trancar as investigações."

Ao final da reunião, oito parlamentares subscreveram o relatório de Ronan Tito: José Carlos Sabóia, Vasco Alves, Otávio Elísio, Nelson Wedeckin, Almir Gabriel, Severo Gomes, Lysaneas Maciel e Pompeu de Souza, diante deste fato, Cardoso Alves afirmou que considera "manifestação pessoal" dos oito deputados a subscrição do documento de Ronan Tito.

Ao comentar os trabalhos de ontem, o senador Odacir Soares disse que a CPI não se pode transformar numa farsa, como quer o relator Ronan Tito. Ele disse que pedirá a destituição de Tito, por causa de sua parcialidade e falta de isenção no andamento dos trabalhos, e vai requerer seu arrolamento como testemunha nos autos da CPI.

Os trabalhos da CPI prosseguirão com a elaboração da lista de depoentes, entre os quais os presidentes da Funai, Romero Jucá; da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida; do Cimi, d. Erwin Krautler; e do ministro da Justiça, Paulo Brossard.

Movimento nacional contra a estabilidade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Representantes de 23 federações empresariais de todo o País iniciaram ontem, em Brasília, um movimento nacional visando à alteração do texto da nova Constituição no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores ou, mais especificamente, à proposta de estabilidade contida no projeto da Comissão de Sistematização. Os empresários, que passaram o dia reunidos, apresentaram suas preocupações ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ao líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. A intenção dos empresários, segundo explicou o senador Albano Franco, é encontrar uma fórmula que contemple os trabalhadores com a garantia constitucional de emprego, com o estabeleci-

mento de penas pecuniárias para as demissões imotivadas.

Segundo Fernando Henrique, o projeto da Sistematização é confuso em relação à estabilidade no emprego: "O texto é contraditório, falando ao mesmo tempo em estabilidade, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e aviso prévio, além de não assegurar de forma límpida a estabilidade". Tanto ele como Ulysses disseram que a solução para o problema depende de um acordo entre trabalhadores e empresários. Mas esse acordo vem sendo tentado há tempos, sem êxito, por Albano Franco. O presidente da Fiesp, Mário Amato, entretanto, considera possível a negociação em torno de questões sociais mais amplas, como a garantia de educação, alimentação, transporte e assistência médica, em troca de outras fórmulas de garantia de emprego que não seja a "perpetualização".

Índios terão de provar o uso da terra

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização da Constituinte manteve, ontem, o texto do relator Bernardo Cabral que inclui entre os bens da União "as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios". Isto significa, na prática, que os ocupantes de terras indígenas passarão a ter a obrigação de provar que estão nessas terras há "tempos imemoriais", para lá permanecer.

Pela Constituição atual, as terras que os índios ocupam igualmente pertencem à União. Ocorre apenas que a União transforma parte dessas terras, reivindicadas pelos indígenas como de sua ocupação, em reservas para seu uso e ocupação exclusivos. Mas com a nova Constituição, os índios não terão mais direito a terras desapropriadas, ou ocupadas recentemente por eles, o que alguns parlamentares consideraram uma dificuldade para os índios, uma vez que eles são nômades e podem ter saído de um lugar e para lá retornado tempos depois.

Também ontem à noite, a Sistematização decidiu que forças estrangeiras poderão transitar pelo território nacional ou nele permanecer, mas sob o comando de autoridade brasileira. Assim, ao acolher, por 54 votos contra 16 e duas abstenções, emenda do deputado Wilson Souza (PMDB-SC), defendida também pelo deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), mandando acrescentar ao texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral a expressão "sob o comando de autoridade brasileira". A simples autorização já estava prevista nas constituições anteriores e mesmo na atual.



Sérgio Borges

Empresários com Ulysses e Cardoso para mudar estabilidade